XVI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
18 a 20 de setembro de 2019 – Curitiba/PR

Planos e Programas Públicos de Acessibilidade ao Patrimônio Histórico de Penedo – Alagoas

Cleidijane Siqueira Santos[1]

Renata Mayara Moreira de Lima[2]

Resumo

O direito a pessoa com deficiência tem sido garantido pela promulgação de leis, decretos, portarias e convenções. No Brasil a discussão sobre acessibilidade tomou impulso com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Entre as principais bandeiras da acessibilidade, tem-se o acesso ao lazer e a cultura que deve ser garantido a todo cidadão, principalmente porque compatibilizar acessibilidade urbana e patrimônio cultural necessita de planejamento específico. Nos sítios históricos e monumentos tombados, o IPHAN se caracteriza como instituição responsável por analisar e monitorar as possibilidades de acessibilidade. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo identificar quais os principais planos e programas públicos, nacionais e locais, que tem inter-relação direta com a proposição de acessibilidade ao Patrimônio Histórico de Penedo – Alagoas. A pesquisa utiliza a análise documental para mapear os princípios e proposições da acessibilidade em diversos documentos, tais quais: Plano Diretor Municipal Participativo de Penedo (2007); Programa Monumenta (2002-2010); Programa de Aceleração das Cidades Históricas (PAC-CH), com início em 2013; e Plano de Diretrizes Estratégicas para o Turismo do Município de Penedo – Alagoas (2015-2020). De acordo com as análises realizadas é perceptível que a compatibilidade entre preservação e acessibilidade é um desafio, já que as ações que tornam os bens patrimoniais acessíveis são imprescindíveis, ao mesmo tempo em que estes não podem perder as características que o caracterizam como patrimônio cultural. No caso de Penedo, verifica-se que desde o início dos anos 2000, o município vem passando por intervenções federais com a finalidade de preservação do seu patrimônio cultural e a compatibilidade disso com o desenvolvimento turístico, dentre essas intervenções, a acessibilidade tem sido pauta recorrente, por esses projetos serem direcionados pelo IPHAN, juntamente com a participação dos entes federados. Conclui-se que é necessário haver maior integração entre as proposições do Plano Diretor de Penedo, que está precisando de atualização, os planos e programas de acesso ao patrimônio da cidade e o planejamento turístico local, pois como foi permitido constatar, o Plano Municipal de Turismo não faz referência direta à acessibilidade tal como investigada aqui, que seria a inserção na atividade turística das pessoas com algum tipo de deficiência e de mobilidade reduzida; o que é limitante, pois acessibilidade no turismo deve ser responsabilidade de todos aqueles envolvidos direta e indiretamente com a atividade.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Cultura; Patrimônio Histórico; Acessibilidade.

1 Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora do Curso de Turismo da Universidade Federal de Alagoas. Link para currículo Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4713754U5. E-mail: cleidijane@hotmail.com

2 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora do Curso de Turismo da Universidade Federal de Alagoas. Link para Currículo Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4249669A1. E-mail: renatammlima@gmail.com